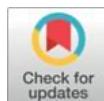




### Interseccionalidade nas práticas escolares: um diálogo entre Guacira Lopes Louro e Carla Akotirene



**Itala Bezerra Araújo<sup>1</sup>**

Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil

**Vanessa Ketlyn Sousa Rodrigues<sup>2</sup>**

Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil

**Bianca Bernardino da Silva<sup>3</sup>**

Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil



<sup>1</sup> **Itala Bezerra Araújo**, ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-4064-8934>

Graduanda em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Ceará. Atualmente é bolsista remunerada do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), além de ser bolsista voluntária do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Contribuição de autoria: Administração do Projeto, Análise Formal, Conceituação, Curadoria de Dados, Escrita – Primeira Redação, Escrita – Revisão e Edição, Investigação, Metodologia.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3172702688392145>

E-mail: [italaraaujo54@gmail.com](mailto:italaraaujo54@gmail.com)

<sup>2</sup> **Vanessa Ketlyn Sousa Rodrigues**, ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-5457-3101>

Licenciada em Letras (Português e Inglês) pela Universidade Federal do Ceará, Especialista em Metodologias do Ensino da Língua Inglesa pela Faculdade Venda Nova do Imigrante (FAVENI) e Professora Efetiva do Município de Fortaleza (Ensino Fundamental - Anos Finais).

Contribuição de autoria: Análise Formal, Conceituação, Curadoria de Dados, Escrita – Primeira Redação, Escrita – Revisão e Edição.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2347472311036511>

E-mail: [vanessaketlyn.sousa@educacao.fortaleza.ce.gov.br](mailto:vanessaketlyn.sousa@educacao.fortaleza.ce.gov.br)

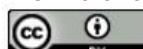
<sup>3</sup> **Bianca Bernardino da Silva**, ORCID: 0009-0008-5154-918X

Atualmente é estudante de graduação em Ciências biológicas na Universidade Federal do Ceará (UFC) na modalidade Licenciatura. Faz parte do programa institucional de bolsas de iniciação (PIBIC) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Contribuição de autoria: Análise Formal, Conceituação, Curadoria de Dados, Escrita – Primeira Redação.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3496267912895481>

E-mail: [biancabernardinosilva@alu.ufc.br](mailto:biancabernardinosilva@alu.ufc.br)





# EXTENSÃO VIVA!

REVISTA DE EXTENSÃO E CULTURA DA UECE

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ  
UECE

PRO-REITORIA DE EXTENSÃO  
PRIMEX

## Resumo

O presente artigo objetiva analisar, à luz da interseccionalidade a partir das reflexões de Carla Akotirene (2019) e das contribuições pós-estruturalistas de Guacira Lopes Louro (1997), como os eixos de subordinação, raça, classe, gênero e sexualidade se articulam no ambiente escolar. A pesquisa, de natureza qualitativa e bibliográfica, investiga a reprodução das relações de poder geradoras de desigualdades, bem como seus impactos dentro da escola. As análises evidenciam a escola como espaço reproduutor de divisões, mas também como um ambiente fértil para intervenções que objetivem mitigar os impactos dos múltiplos sistemas de opressão. Ao final do trabalho, concluímos que a perspectiva da interseccionalidade pode ser uma ferramenta importante para (re)pensar um ambiente escolar inclusivo, que incentiva e valoriza o pensamento crítico e emancipatório.

**Palavras-chave:** Interseccionalidade. Educação. Gênero. Sexualidade. Raça.

## Intersectionality in school practices: a dialogue between Guacira Lopes Louro and Carla Akotirene

### Abstract

This article aims to analyze, through the lens of intersectionality based on the reflections of Carla Akotirene (2019) and the post-structuralist contributions of Guacira Lopes Louro (1997), how the axes of subordination, race, class, gender, and sexuality are articulated in the school environment. The qualitative and bibliographic research investigates the reproduction of power relations that generate inequalities, as well as their impacts within schools. The analyses have pointed to schools as spaces that reproduce divisions, but also as fertile environments for interventions aimed at mitigating the impacts of the multiple systems of oppression. At the end of the study, we have concluded that the perspective of intersectionality can be an important tool for (re)thinking an inclusive school environment that encourages and values critical and emancipatory thinking.

**Keywords:** Intersectionality. Education. Gender. Sexuality. Race.

## 1 Introdução

A escola, enquanto instituição social, desde a sua origem apresentou-se como um espaço com o potencial de criar e/ou reproduzir diferenças. No terceiro capítulo de

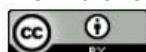
2

Extensão Viva! - Revista de Extensão e Cultura da UECE

Fortaleza, v.1, n. 3, e16571, 2026

ISSN 3085-6388

DOI 10.52521



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](#).



“Gênero, sexualidade e educação”, intitulado “A construção escolar das diferenças”, Guacira Lopes afirma: “Desde seus inícios a instituição escolar exerceu uma ação distintiva. Ela se incumbiu de separar os sujeitos — tornando aqueles que nela entravam distintos dos outros, os que a ela não tinham acesso.” (Louro, p. 61, 1997)

Louro também afirma que além de inicialmente separar aqueles que entram e aqueles que não podem/puderam nela entrar, a escola também dividiu aquelas pessoas a quem foi permitido acessá-la. A autora destaca que: “A escola que nos foi legada pela sociedade ocidental moderna começou por separar adultos de crianças, católicos e protestantes. Ela também se fez diferente para os ricos e para os pobres e ela imediatamente separou os meninos das meninas”. (Louro, p. 61, 1997) Podemos também incluir na lista de divisões encontradas historicamente na escola a separação entre pessoas racializadas e não racializadas.

A escola, portanto, enquanto uma instituição social e cultural, se apresenta como um dos principais espaços de formação de identidade(s), reprodução de normas, valores e comportamentos sociais. Consequentemente, ela também pode funcionar como um espaço de exclusão, especialmente para indivíduos que fogem dos ditos “padrões normativos” de gênero, sexualidade e raça. Desse modo, torna-se imprescindível refletir sobre as estruturas de poder que perpassam o ambiente escolar, considerando a complexidade das relações sociais que o constituem.

Partindo dos livros “Gênero, sexualidade e educação”, de Guacira Lopes Louro (1997) e “Interseccionalidade”, de Carla Akotirene (2019), o presente artigo propõe discutir como as relações de gênero, sexualidade e raça apresentam de forma articulada no cotidiano escolar. A partir de uma perspectiva crítica e pós-estruturalista, procura-se analisar como os discursos pedagógicos e as práticas institucionalizadas produzem e reforçam as desigualdades, e de que forma a interseccionalidade pode se constituir como ferramenta analítica e política para a construção de estratégias que busquem minimizar os impactos de tais desigualdades no ambiente escolar.

Ao passo que Guacira Lopes Louro evidencia como a escola atua na



normatização dos corpos e na heterossexualidade compulsória, Carla Akotirene colabora para a ampliação desse debate ao enfatizar que gênero, classe e raça não são estruturas sobrepostas, mas sim estruturas correlacionadas que sustentam os sistemas de opressão. Desse modo, a interseccionalidade, compreendida nesse contexto como chave para a leitura das desigualdades e seus impactos, pode enriquecer práticas educativas comprometidas com o processo de inclusão, de diversidade e dos direitos humanos.

O presente trabalho consiste em uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica e analítica, a fim de que pudéssemos refletir de maneira crítica sobre como os temas gênero, sexualidade e raça se atravessam, e em especial no ambiente escolar. Assim, a metodologia consistiu na leitura e análise crítica dos livros “Interseccionalidade”, de Carla Akotirene (2019) e “Gênero, sexualidade e educação”, de Guacira Lopes Louro (1997), escolhidos por sua relevância para o tema proposto.

## 2 Desenvolvimento

Inicialmente cunhado por Kimberlé Crenshaw, o conceito de interseccionalidade surge como “metodologia a ser utilizada para enfrentar as causas e efeitos da violência contra a mulher nas comunidades negras.” (Assis, p. 19, 2019) A interseccionalidade objetiva, em primeiro lugar, identificar as consequências e os impactos das interações entre os diversos marcadores sociais — chamados de eixos de subordinação por Crenshaw. Em segundo lugar, a teoria objetiva constituir-se enquanto base teórica para a elaboração de soluções práticas para o enfrentamento das desigualdades resultantes da perpetuação de sistemas de discriminação — seja por questões de raça, gênero, classe, etnia ou sexualidade.

No livro “Interseccionalidade” Akotirene inicia a discussão sobre o conceito partindo de sua origem: o feminismo negro estadunidense. A autora afirma que a interseccionalidade se trata de “[...] uma sensibilidade analítica, pensada por feministas negras cujas experiências e reivindicações intelectuais eram inobservadas tanto pelo





feminismo branco quanto pelo movimento antirracista, a rigor, focado nos homens negros.” (Akotirene, p.14, 2019)

Ao longo de seu livro, integrante da coleção “Feminismos Plurais”, organizada por Djamila Ribeiro, Akotirene destaca os principais aspectos da interseccionalidade de modo a construir uma trajetória histórico-crítica para uma melhor compreensão do termo e as discussões em volta dele.

Em primeiro lugar, como anteriormente mencionado, a interseccionalidade se origina a partir de demandas e questões que não eram contempladas nem pelo feminismo branco, nem pelo movimento negro que tinha homens negros como protagonistas. Destaca-se então o caráter necessariamente político atrelado à interseccionalidade, pois, segundo Guacira Lopes Louro, a principal marca dos Estudos Feministas, desde sua mais incipiente representação, problematizam, subvertem e transgridem as ideias de “objetividade e neutralidade” inicialmente atreladas ao fazer científico/acadêmico.

Em segundo lugar, Akotirene destaca uma característica importantíssima para o pensar sobre interseccionalidade: a indissociabilidade e a impossibilidade de hierarquização de identidades. Segundo a metodologia de Patricia Hill Collins, Akotirene afirma que “A interseccionalidade impede aforismos matemáticos hierarquizantes ou comparativos.” (p. 27, 2019) Seria, portanto, invalidar o entendimento interseccional classificar uma identidade como uma somatória de marcadores sociais — “Mulher + negra + nordestina + trabalhadora + travesti + gorda”. (p. 27, 2019)

A seguir, nos é trazida também a impossibilidade de trabalhar com o conceito de interseccionalidade de forma a afastá-lo de sua origem no feminismo negro, bem como a impossibilidade de pensar as relações interseccionais sem o marcador racial.

O conceito de interseccionalidade está em disputa acadêmica, há saqueamento de riqueza conceitual e apropriação do território discursivo feminista negro quando trocamos a semântica feminismo negro para feminismo interseccional, retirando o paradigma afrocêntrico. (Akotirene, p. 30, 2019)



Finalmente, é importante ressaltar que a pesquisadora brasileira também apresenta algumas críticas à interseccionalidade enquanto aporte teórico. São destacados, por exemplo, os aspectos culturais que acabam por não abranger a cosmovisão africana — uma vez que se trata de um conceito surgido partindo de vivências ocidentais, especialmente estadunidenses. Nesta perspectiva, o estabelecimento da identidade interseccional seria limitado e insuficiente quando o “Outro” tivesse uma identidade africana forjada a partir de ancestralidade e diferentes dinâmicas sociais que destoam do ocidentalismo estadunidense — este especialmente forjado a partir do eurocentrismo cristão de matriz colonial. Entre outras críticas, Akotirene mantém sua percepção da importância da interseccionalidade para “verificar a identidade produzida pelo racismo, exploração de classe, patriarcado e homofobia, atravessada pela experiência coletiva da mulher negra”. (p. 57, 2019)

A partir dessa perspectiva, a escola, enquanto instituição social e cultural, se configura como um dos principais espaços de formação de identidades e reprodução de normas e valores sociais. Contudo, a escola também pode funcionar como um lugar de exclusão, especialmente para sujeitos que fogem dos padrões normativos de gênero, sexualidade, raça e classe.

No capítulo “Gênero, Sexualidade e Poder”, especificamente sobre a identidade de gênero — dentro da lógica binária Homem/Mulher —, Louro afirma:

Homens e mulheres certamente não são construídos apenas através de mecanismos de repressão e censura, eles e elas se fazem, também, através de práticas e relações que instituem gestos, modos de ser e de estar no mundo, formas de falar e de agir, condutas e posturas apropriadas (e, usualmente diversas). Os gêneros se produzem, portanto, nas e pelas relações de poder. (p.45, 1997)

Assim, refletir sobre as estruturas de poder que atravessam o ambiente escolar torna-se imprescindível para compreender a complexidade das relações sociais que o constituem.

As análises de Guacira Lopes Louro (1997) complementam esse debate ao evidenciar como a escola atua historicamente na normatização dos corpos, na



heterossexualidade compulsória e na produção de diferenças. Para a autora, a instituição escolar é um espaço disciplinador, que estabelece distinções entre os sujeitos e define comportamentos considerados adequados ou desviantes. Desde sua origem, a escola exerceu uma ação distintiva, separando os que nela entravam dos que eram excluídos, e dividindo os que a frequentavam conforme critérios de gênero, classe, religião e raça.

A leitura cruzada de Louro e Akotirene nos permite perceber que as opressões de gênero, raça e classe não são categorias isoladas, mas estruturas correlacionadas que sustentam os sistemas de dominação. Enquanto Louro revela os mecanismos de normatização e silenciamento que operam na escola, Akotirene amplia a análise ao situar a raça e a condição social como dimensões estruturantes das desigualdades. Assim, compreender o gênero sem considerar a raça e a classe, como alerta Akotirene, significa perpetuar uma visão limitada e excludente, um “feminismo branco”, que ignora as múltiplas violências vividas por mulheres negras, pela classe trabalhadora e pela comunidade LGBTQIA+.

Nesse sentido, o famoso discurso de Sojourner Truth, intitulado “E eu não sou uma mulher?” (1851), resgatado por Akotirene, evidencia as distintas trajetórias de opressão entre mulheres negras e brancas, apontando para a necessidade de um feminismo que reconheça as diferenças internas entre as mulheres e as hierarquias que as atravessam. Essa perspectiva, quando trazida para o campo educacional, revela como as relações de poder e exclusão também se reproduzem dentro das escolas, seja na seleção de conteúdos curriculares, na representação de corpos e identidades nos materiais didáticos ou nas relações interpessoais entre estudantes, docentes, núcleo gestor e os demais colaboradores da escola.

Os resultados das análises teóricas indicam que, no cotidiano escolar, as desigualdades se expressam de múltiplas formas. Elas se evidenciam no silenciamento de identidades dissidentes de gênero e sexualidade, na invisibilidade de estudantes negros e negras nos espaços de liderança e representação, na ausência de debates sistematizados sobre racismo, machismo e LGBTQIA+fobia, bem como na naturalização de



comportamentos discriminatórios, frequentemente legitimados por discursos pedagógicos considerados “neutros”.

Diante desse cenário, a interseccionalidade se apresenta como uma ferramenta analítica e política essencial para o campo educacional. Ela permite compreender que as práticas escolares não são neutras, mas refletem relações de poder que moldam o cotidiano dos sujeitos e influenciam diretamente suas trajetórias. Incorporar uma perspectiva interseccional à educação significa desnaturalizar a hierarquia das diferenças, reconhecer múltiplas identidades e promover uma pedagogia comprometida com a equidade, a diversidade e os direitos humanos.

### 3 Considerações finais

A partir da análise das obras “Gênero, sexualidade e educação”, de Guacira Lopes Louro (1997), e “Interseccionalidade”, de Carla Akotirene (2019), torna-se evidente que a escola, enquanto instituição social, é simultaneamente um espaço de formação e de reprodução de desigualdades. Historicamente marcada pela distinção e pela exclusão, a escola opera como um campo de poder no qual identidades são produzidas, normatizadas e hierarquizadas segundo padrões de gênero, raça, classe e sexualidade.

Ao aproximar os estudos de Louro e Akotirene, é possível compreender que as desigualdades educacionais não podem ser analisadas de forma isolada, visto que raça, gênero e classe são dimensões interdependentes que estruturam as experiências dos sujeitos no cotidiano escolar. A perspectiva interseccional, nesse sentido, amplia o olhar sobre as práticas pedagógicas e institucionais, permitindo identificar as múltiplas formas de opressão que atravessam os corpos e as subjetividades dentro do espaço escolar.

Assim, pensar a educação sob uma ótica interseccional é um exercício político e ético de desconstrução das narrativas de neutralidade e universalidade que historicamente orientaram o fazer pedagógico. Trata-se de reconhecer que a escola não é um espaço



neutro, mas um território de disputas simbólicas e de resistência, capaz de tanto perpetuar desigualdades quanto de promover transformações sociais.

Portanto, a incorporação da interseccionalidade como ferramenta analítica e prática no campo educacional representa um caminho para repensar currículos, práticas e relações escolares com vistas à construção de uma educação comprometida com a justiça social, a equidade e o reconhecimento da diversidade humana em todas as suas dimensões.

Um aspecto a ser observado quanto ao presente artigo é o necessário distanciamento dos estudos aqui analisados às diferentes realidades das escolas brasileiras. Um possível desdobramento deste estudo seria uma análise de Projetos Político-Pedagógicos de escolas em um recorte sociocultural específico. Seria interessante analisar quais protocolos de enfrentamento são adotados, analisar se tais protocolos se orientam, direta ou indiretamente, a partir do conceito da interseccionalidade e a proposição de diretrizes que incluem o conceito de interseccionalidade — bem como a avaliação posterior dos resultados de tais intervenções.

### Referências

- ASSIS, Dayane Nayara Conceição de. *Interseccionalidades*-Salvador: UFBA. Instituto de Humanidades, Artes e Ciências, 2019.
- AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. Ed. 1. São Paulo: Pólen, 2019.
- LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação*. Ed. 16. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.
- REDE TVT. *O que é interseccionalidade?* Perfil & Opinião com Carla Akotirene. YouTube, 2022. [55:00]. Disponível em:<<https://youtu.be/LawyU6F0as8?si=hJgyBFctbZfqMFQ3>>. Acesso em: 3 jul. 2025.

